



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 6.432-A, DE 2019 **(Do Sr. Joaquim Passarinho)**

Altera a Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, para dispor sobre as operações com ouro mercadoria; tendo parecer da Comissão de Minas e Energia, pela aprovação deste e dos de nºs 1572/23 e 2580/23, apensados, com substitutivo (relator: DEP. SIDNEY LEITE).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:
MINAS E ENERGIA;
FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54, RICD); E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

SUMÁRIO

- I - Projeto inicial
- II - Projetos apensados: 1572/23 e 2580/23
- III - Na Comissão de Minas e Energia:
 - Parecer do relator
 - Substitutivo oferecido pelo relator
 - Parecer da Comissão
 - Substitutivo adotado pela Comissão

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 39 e 40 da Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 39

.....

II – nota fiscal de aquisição emitida pela instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil a realizar a compra do ouro ativo financeiro; ou

III - nota fiscal eletrônica de entrada emitida pela empresa comercial, que possua Inscrição Estadual emitida pelo órgão fazendário do Estado competente; Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica emitido pela Receita Federal do Brasil e cujo objeto social seja a comercialização de metais preciosos, para a compra do ouro mercadoria.

.....

§ 2º O cadastro, a declaração de origem do ouro e a cópia da Carteira de Identidade - RG do vendedor deverão ser arquivados na sede da instituição legalmente autorizada a realizar a compra do ouro, para fiscalização do órgão gestor de recursos minerais e do órgão fazendário competente, pelo período de 10 (dez) anos, contados da compra e venda do ouro.

.....

§ 5º Para os efeitos desta Lei são consideradas instituições legalmente autorizadas a realizar a compra de ouro em área de garimpo a instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil para a compra de ouro ativo financeiro e a empresa comercial com Inscrição Estadual emitida pelo órgão fazendário do Estado competente; Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica emitido pela Receita Federal do Brasil e cujo objeto social seja a comercialização de metais preciosos, para a compra do ouro mercadoria.

Art. 40 A prova da regularidade da posse e do transporte de ouro para qualquer destino, após a primeira aquisição, será feita mediante a apresentação da respectiva nota fiscal, conforme o disposto no § 1º no art. 3º da Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989, quando o ouro for classificado como ativo financeiro, e mediante a apresentação da nota fiscal eletrônica, prevista no regulamento de ICMS do Estado respectivo, quando o ouro for classificado como mercadoria.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Considerando que o ouro é um mineral garimpável, que pode ser extraído por meio do regime de exploração de permissão de lavra garimpeira, podendo ser comercializado como: (i) instrumento cambial; (ii) ativo financeiro; e (iii) mercadoria; e, considerando ainda que a destinação do referido mineral será determinada por meio da emissão de nota fiscal do primeiro adquirente, seja ele o Banco Central do Brasil, instituição financeira ou empresa comercial, é imperioso que a legislação que trata da comercialização e transporte do ouro em área de garimpo (Lei nº 12.844/2013) seja clara no intuito de evitar interpretações divergentes e exclusivistas dentro do setor de comercialização deste mineral.

Quando destinado ao mercado financeiro, mediante emissão de documentação fiscal por instituição financeira autorizada pelo Banco Central, o ouro será classificado como ativo financeiro, consoante o art. 1º da Lei nº 7.766/1989. Se destinado ao mercado comum, para industrialização, produção de joias, aplicações em medicina e odontologia, etc., mediante a emissão de nota fiscal de aquisição por empresa comercial, o ouro será classificado como ouro mercadoria, conforme estabelece o art. 11, inciso I, alínea “h” da Lei Complementar nº 87/1996 (Lei Kandir).

Importante destacar que as notas fiscais de aquisição de ouro ativo financeiro por instituições financeiras são notas manuais, conforme estabelece a Instrução Normativa SRF nº 49, de 02 de maio de 2001, alterada pela IN nº 1083, de 8 de novembro de 2010. Já as notas fiscais de aquisição de ouro mercadoria por empresas comerciais são notas eletrônicas, conforme estabelecem os regulamentos de ICMS dos Estados.

Nesse sentido, as operações com ouro mercadoria são fiscalizadas pelas respectivas secretarias de fazenda dos Estados, conforme inscrição e registro das sedes e/ou filiais nos Estados de comercialização. Além disso, tanto as instituições financeiras como as empresas comerciais que atuam no ramo de minerais preciosos precisam estar inscritas junto à UIF – Unidade de Inteligência Financeira (antigo COAF), instituição ligada ao Banco Central do Brasil, conforme determinado na Resolução nº 23, de 20 de dezembro de 2012, para prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo.

Por sua vez, o art. 9º do Estatuto do Garimpeiro (Lei nº 11.685/2008) assegura ao garimpeiro liberdade de comercialização do produto da sua extração, nos seguintes termos:

“Art. 9º Fica assegurado ao garimpeiro, em qualquer das modalidades de trabalho, o direito de comercialização da sua produção diretamente com o consumidor final, desde que se comprove a titularidade da área

de origem do minério extraído”.

Referido dispositivo encontra amparo no direito à livre iniciativa e no princípio da livre concorrência previstos no art. 170 da Constituição Federal, que assim dispõe:

“Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

[...]

IV - livre concorrência;

[...]”

No tocante ao pagamento de *royalties*, o art. 6º, inciso III, da Lei nº 7.990/1989, alterada pela Lei nº 13.540/2017, estabelece como fato gerador da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM o “*ato da primeira aquisição de bem mineral extraído sob o regime de permissão de lavra garimpeira*”, não havendo distinção ou exclusividade de quem será o primeiro adquirente, seja instituição financeira ou empresa comercial.

Ocorre que parte dos órgãos e agentes de fiscalização têm interpretado o art. 39, inciso II, da Lei nº 12.844/2013, de forma restritiva, no sentido de que o ouro proveniente do regime de permissão de lavra garimpeira só pode ser comercializado exclusivamente com instituição financeira, mesmo quando não destinado ao mercado financeiro. Entendemos que tal interpretação não merece prosperar, tendo em vista que, comparativamente, no regime de concessão de lavra, a comercialização do ouro não sofre restrições de semelhante natureza, seja como ativo financeiro ou como mercadoria. Por conseguinte, não há qualquer lógica em se estabelecer uma interpretação restritiva quanto ao ouro proveniente de permissão de lavra garimpeira.

Estima-se que 70% do ouro adquirido por instituição financeira não é destinado ao mercado de investimento, mas sim convertido em mercadoria e comercializado como matéria prima para a indústria de transformação, seja no mercado interno ou via exportação.

A interpretação restritiva do inciso II, do art. 39, da Lei nº 12.844/2013, impõe pesado ônus ao setor joalheiro, fazendo com que o ouro produzido sob o regime de aproveitamento de lavra garimpeira seja necessariamente comercializado com uma instituição financeira, como ativo financeiro, para ser posteriormente adquirido pela indústria de joias, não sendo permitida a aquisição diretamente dos garimpeiros e/ou cooperativas de garimpeiros.

Acrescente-se ainda que o próprio Regulamento do Imposto de Renda (Decreto nº 9.580/2018) não corrobora com essa interpretação restritiva, visto que seu art. 40, §2º, que trata da tributação de renda do garimpeiro, dispõe que “*A prova*

de origem dos rendimentos será feita com base na via da nota de aquisição destinada ao garimpeiro pela empresa compradora, na hipótese de ouro, ativo financeiro, ou em outro documento fiscal emitido pela empresa compradora, nas demais hipóteses”.

De todo o exposto, o Projeto de Lei ora proposto visa conferir maior clareza à Lei nº 12.844/2013, afastando a insegurança jurídica atualmente existente e conferindo estabilidade normativa à comercialização do ouro mercadoria no País, razão pela qual contamos com o apoio dos nobres Pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, 12 de dezembro de 2019.

JOAQUIM PASSARINHO – PSD/PA
Deputado Federal

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

CONSTITUIÇÃO
DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.

.....

TÍTULO VII
DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

CAPÍTULO I
DOS PRINCÍPIOS GERAIS DA ATIVIDADE ECONÔMICA

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

- I - soberania nacional;
- II - propriedade privada;
- III - função social da propriedade;
- IV - livre concorrência;

V - defesa do consumidor;

VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; [*\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 2003\)*](#)

VII - redução das desigualdades regionais e sociais;

VIII - busca do pleno emprego;

IX - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País. [*\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 6, de 1995\)*](#)

Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

Art. 171. [*\(Revogado pela Emenda Constitucional nº 6, de 1995\)*](#)

.....

.....

LEI Nº 12.844, DE 19 DE JULHO DE 2013

Amplia o valor do Benefício Garantia-Safra para a safra de 2011/2012; amplia o Auxílio Emergencial Financeiro, de que trata a Lei nº 10.954, de 29 de setembro de 2004, relativo aos desastres ocorridos em 2012; autoriza a distribuição de milho para venda a pequenos criadores, nos termos que especifica; institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural; altera as Leis nºs 10.865, de 30 de abril de 2004, e 12.546, de 14 de dezembro de 2011, para prorrogar o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras - REINTEGRA e para alterar o regime de desoneração da folha de pagamentos, 11.774, de 17 de setembro de 2008, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 12.431, de 24 de junho de 2011, 12.249, de 11 de junho de 2010, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 10.522, de 19 de julho de 2002, 8.218, de 29 de agosto de 1991, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, 12.783, de 11 de janeiro de 2013, 12.715, de 17 de setembro de 2012, 11.727, de 23 de junho de 2008, 12.468, de 26 de agosto de 2011, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, 12.512, de 14 de outubro de 2011, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.925, de 23 de julho de 2004, 11.775, de 17 de setembro de 2008, e 12.716, de 21 de setembro de 2012, a Medida Provisória nº

2.158-35, de 24 de agosto de 2001, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; dispõe sobre a comprovação de regularidade fiscal pelo contribuinte; regula a compra, venda e transporte de ouro; e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

Art. 39. A prova da regularidade da primeira aquisição de ouro produzido sob qualquer regime de aproveitamento será feita com base em:

I - nota fiscal emitida por cooperativa ou, no caso de pessoa física, recibo de venda e declaração de origem do ouro emitido pelo vendedor identificando a área de lavra, o Estado ou Distrito Federal e o Município de origem do ouro, o número do processo administrativo no órgão gestor de recursos minerais e o número do título autorizativo de extração; e

II - nota fiscal de aquisição emitida pela instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil a realizar a compra do ouro.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, a instituição legalmente autorizada a realizar a compra de ouro deverá cadastrar os dados de identificação do vendedor, tais como nome, número de inscrição no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda - CPF ou Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ, e o número de registro no órgão de registro do comércio da sede do vendedor.

§ 2º O cadastro, a declaração de origem do ouro e a cópia da Carteira de Identidade - RG do vendedor deverão ser arquivados na sede da instituição legalmente autorizada a realizar a compra do ouro, para fiscalização do órgão gestor de recursos minerais e da Secretaria da Receita Federal do Brasil, pelo período de 10 (dez) anos, contados da compra e venda do ouro.

§ 3º É de responsabilidade do vendedor a veracidade das informações por ele prestadas no ato da compra e venda do ouro.

§ 4º Presumem-se a legalidade do ouro adquirido e a boa-fé da pessoa jurídica adquirente quando as informações mencionadas neste artigo, prestadas pelo vendedor, estiverem devidamente arquivadas na sede da instituição legalmente autorizada a realizar a compra de ouro.

Art. 40. A prova da regularidade da posse e do transporte de ouro para qualquer destino, após a primeira aquisição, será feita mediante a apresentação da respectiva nota fiscal, conforme o disposto no § 1º no art. 3º da Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989.

§ 1º Portaria do Diretor-Geral do órgão gestor de recursos minerais a ser expedida no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da publicação desta Lei disciplinará os documentos comprobatórios e modelos de recibos e do cadastro previstos a que se referem, respectivamente, os incisos I e II do *caput* e o § 1º do art. 39 desta Lei.

§ 2º Para fins do disposto no art. 39 desta Lei, até a entrada em vigor da Portaria do órgão gestor de recursos minerais, serão consideradas regulares as aquisições de ouro, já efetuadas por instituição legalmente autorizada a realizar a compra do ouro, anteriores à publicação desta Lei, documentadas ou não por meio dos recibos em modelos disponíveis no comércio em geral, desde que haja a adequada identificação dos respectivos vendedores.

§ 3º Quando se tratar de ouro transportado, dentro da região aurífera produtora, pelos garimpeiros, em qualquer modalidade de trabalho prevista no art. 4º da Lei nº 11.685, de 2 de junho de 2008, pelos parceiros, pelos membros da cadeia produtiva e pelos seus

respectivos mandatários, a prova da regularidade de que trata o *caput* dar-se-á por meio de documento autorizativo de transporte emitido pelo titular do direito minerário nos termos do § 1º do art. 38 desta Lei.

Art. 41. O garimpeiro, em qualquer modalidade de trabalho prevista no art. 4º da Lei nº 11.685, de 2 de junho de 2008, os seus parceiros, os membros da cadeia produtiva e os respectivos mandatários com poderes especiais têm direito à comercialização do ouro diretamente com instituição legalmente autorizada a realizar a compra.

.....

.....

LEI Nº 7.766, DE 11 DE MAIO DE 1989

Dispõe sobre o ouro, ativo financeiro, e sobre seu tratamento tributário.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O ouro em qualquer estado de pureza, em bruto ou refinado, quando destinado ao mercado financeiro ou à execução da política cambial do País, em operações realizadas com a interveniência de instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, na forma e condições autorizadas pelo Banco Central do Brasil, será desde a extração, inclusive, considerado ativo financeiro ou instrumento cambial.

§ 1º Enquadra-se na definição deste artigo:

I - o ouro envolvido em operações de tratamento, refino, transporte, depósito ou custódia, desde que formalizado compromisso de destiná-lo ao Banco Central do Brasil ou à instituição por ele autorizada.

II - as operações praticadas nas regiões de garimpo onde o ouro é extraído, desde que o ouro na saída do Município tenha o mesmo destino a que se refere o inciso I deste parágrafo.

§ 2º As negociações com o ouro, ativo financeiro, de que trata este artigo, efetuada nos pregões das bolsas de valores, de mercadorias, de futuros ou assemelhadas, ou no mercado de balcão com a interveniência de instituição financeira autorizada, serão consideradas operações financeiras.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, as cooperativas ou associações de garimpeiros, desde que regularmente constituídas, serão autorizadas pelo Banco Central do Brasil a operarem com ouro.

Parágrafo único. As operações com ouro, facultadas às cooperativas ou associações de garimpeiros, restringem-se, exclusivamente, à sua compra na origem e à venda ao Banco Central do Brasil, ou à instituição por ele autorizada.

Art. 3º A destinação e as operações a que se referem os arts. 1º e 2º desta Lei serão comprovadas mediante notas fiscais ou documentos que identifiquem tais operações.

§ 1º O transporte do ouro, ativo financeiro, para qualquer parte do território nacional, será acobertado exclusivamente por nota fiscal integrante da documentação fiscal mencionada.

§ 2º O ouro acompanhado por documentação fiscal irregular será objeto de apreensão pela Secretaria da Receita Federal.

Art. 4º O ouro destinado ao mercado financeiro sujeita-se, desde sua extração inclusive, exclusivamente à incidência do imposto sobre operações de crédito, câmbio e

seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.

Parágrafo único. A alíquota desse imposto será de 1% (um por cento), assegurada a transferência do montante arrecadado, nos termos do art. 153, § 5º, incisos I e II, da Constituição Federal.

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 87, DE 13 DE SETEMBRO DE 1996

Dispõe sobre o Imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

Art. 11. O local de operação ou da prestação, para os efeitos da cobrança do imposto e definição do estabelecimento responsável, é:

I - tratando-se de mercadoria ou bem:

a) o do estabelecimento onde se encontre, no momento da ocorrência do fato gerador;

b) onde se encontre, quando em situação irregular pela falta de documentação fiscal ou quando acompanhado de documentação inidônea, como dispuser a legislação tributária;

c) o do estabelecimento que transfira a propriedade, ou o título que a represente, de mercadoria por ele adquirida no País e que por ele não tenha transitado;

d) importado do exterior, o do estabelecimento onde ocorrer a entrada física;

e) importado do exterior, o do domicílio do adquirente, quando não estabelecido;

f) aquele onde seja realizada a licitação, no caso de arrematação de mercadoria ou bem importados do exterior e apreendidos ou abandonados; [*Alínea com redação dada pela Lei Complementar nº 114, de 16/12/2002*](#)

g) o do Estado onde estiver localizado o adquirente, inclusive consumidor final, nas operações interestaduais com energia elétrica e petróleo, lubrificantes e combustíveis dele derivados, quando não destinados à industrialização ou à comercialização;

h) o do Estado de onde o ouro tenha sido extraído, quando não considerado como ativo financeiro ou instrumento cambial;

i) o de desembarque do produto, na hipótese de captura de peixes, crustáceos e moluscos;

II - tratando-se de prestação de serviço de transporte:

a) onde tenha início a prestação;

b) onde se encontre o transportador, quando em situação irregular pela falta de documentação fiscal ou quando acompanhada de documentação inidônea, como dispuser a legislação tributária;

c) o do estabelecimento destinatário do serviço, na hipótese do inciso XIII do art. 12 e para os efeitos do § 3º do art. 13;

III - tratando-se de prestação onerosa de serviço de comunicação:

a) o da prestação do serviço de radiodifusão sonora e de som e imagem, assim entendido o da geração, emissão, transmissão e retransmissão, repetição, ampliação e recepção;

b) o do estabelecimento da concessionária ou da permissionária que forneça ficha, cartão, ou assemelhados com que o serviço é pago;

c) o do estabelecimento destinatário do serviço, na hipótese e para os efeitos do inciso XIII do art. 12;

c-1) o do estabelecimento ou domicílio do tomador do serviço, quando prestado por meio de satélite; [Alínea acrescida pela Lei Complementar nº 102, de 11/7/2000, em vigor a partir de 1/8/2000](#)

d) onde seja cobrado o serviço, nos demais casos;

IV - tratando-se de serviços prestados ou iniciados no exterior, o do estabelecimento ou do domicílio do destinatário.

§ 1º O disposto na alínea c do inciso I não se aplica às mercadorias recebidas em regime de depósito de contribuinte de Estado que não o do depositário.

§ 2º Para os efeitos da alínea h do inciso I, o ouro, quando definido como ativo financeiro ou instrumento cambial, deve ter sua origem identificada.

§ 3º Para efeito desta Lei Complementar, estabelecimento é o local, privado ou público, edificado ou não, próprio ou de terceiro, onde pessoas físicas ou jurídicas exerçam suas atividades em caráter temporário ou permanente, bem como onde se encontrem armazenadas mercadorias, observado, ainda o seguinte:

I - na impossibilidade de determinação do estabelecimento, considera-se como tal o local em que tenha sido efetuada a operação ou prestação, encontrada a mercadoria ou constatada a prestação;

II - é autônomo cada estabelecimento do mesmo titular;

III - considera-se também estabelecimento autônomo o veículo usado no comércio ambulante e na captura de pescado;

IV - respondem pelo crédito tributário todos os estabelecimentos do mesmo titular.

§ 4º (VETADO)

§ 5º Quando a mercadoria for remetida para armazém geral ou para depósito fechado do próprio contribuinte, no mesmo Estado, a posterior saída considerar-se-á ocorrida no estabelecimento do depositante, salvo se para retornar ao estabelecimento remetente.

§ 6º Na hipótese do inciso III do *caput* deste artigo, tratando-se de serviços não medidos, que envolvam localidades situadas em diferentes unidades da Federação e cujo preço seja cobrado por períodos definidos, o imposto devido será recolhido em partes iguais para as unidades da Federação onde estiverem localizados o prestador e o tomador. [Parágrafo acrescido pela Lei Complementar nº 102, de 11/7/2000, em vigor a partir de 1/8/2000](#)

Art. 12. Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no momento:

I - da saída de mercadoria de estabelecimento de contribuinte, ainda que para outro estabelecimento do mesmo titular;

II - do fornecimento de alimentação, bebidas e outras mercadorias por qualquer estabelecimento;

III - da transmissão a terceiro de mercadoria depositada em armazém geral ou em depósito fechado, no Estado do transmitente;

IV - da transmissão de propriedade de mercadoria, ou de título que a represente, quando a mercadoria não tiver transitado pelo estabelecimento transmitente;

V - do início da prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, de qualquer natureza;

VI - do ato final do transporte iniciado no exterior;

VII - das prestações onerosas de serviços de comunicação, feita por qualquer meio, inclusive a geração, a emissão, a recepção, a transmissão, a retransmissão, a repetição e a ampliação de comunicação de qualquer natureza;

VIII - do fornecimento de mercadoria com prestação de serviços:

a) não compreendidos na competência tributária dos Municípios;

b) compreendidos na competência tributária dos Municípios e com indicação expressa de incidência do imposto de competência estadual, como definido na lei complementar aplicável;

IX - do desembaraço aduaneiro de mercadorias ou bens importados do exterior;

(Inciso com redação dada pela Lei Complementar nº 114, de 16/12/2002)

X - do recebimento, pelo destinatário, de serviço prestado no exterior;

XI - da aquisição em licitação pública de mercadorias ou bens importados do exterior e apreendidos ou abandonados; *(Inciso com redação dada pela Lei Complementar nº 114, de 16/12/2002)*

XII - da entrada no território do Estado de lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos derivados de petróleo e energia elétrica oriundos de outro Estado, quando não destinados à comercialização ou à industrialização; *(Inciso com redação dada pela Lei Complementar nº 102, de 11/7/2000, em vigor a partir de 1/8/2000)*

XIII - da utilização, por contribuinte, de serviço cuja prestação se tenha iniciado em outro Estado e não esteja vinculada a operação ou prestação subsequente.

§ 1º Na hipótese do inciso VII, quando o serviço for prestado mediante pagamento em ficha, cartão ou assemelhados, considera-se ocorrido o fato gerador do imposto quando do fornecimento desses instrumentos ao usuário.

§ 2º Na hipótese do inciso IX, após o desembaraço aduaneiro, a entrega, pelo depositário, de mercadoria ou bem importados do exterior deverá ser autorizada pelo órgão responsável pelo seu desembaraço, que somente se fará mediante a exibição do comprovante de pagamento do imposto incidente no ato do despacho aduaneiro, salvo disposição em contrário.

§ 3º Na hipótese de entrega de mercadoria ou bem importados do exterior antes do desembaraço aduaneiro, considera-se ocorrido o fato gerador neste momento, devendo a autoridade responsável, salvo disposição em contrário, exigir a comprovação do pagamento do imposto. *(Parágrafo acrescido pela Lei Complementar nº 114, de 16/12/2002)*

.....

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 49, DE 2 DE MAIO DE 2001

Institui documentos fiscais para controle de operações com ouro, ativo financeiro ou instrumento cambial.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 190 do Regimento interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF 227, de 3 de setembro de 1998, e tendo em vista o disposto na Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989, e considerando a necessidade de estabelecer normas para o controle fiscal das operações com ouro, ativo financeiro ou instrumento cambial, resolve:

Art. 1º Instituir documentário fiscal para uso exclusivo nas operações com ouro, ativo financeiro ou instrumento cambial, e estabelecer normas para impressão, emissão e escrituração do referido documentário.

Parágrafo único. O termo "instituição financeira", empregado nesta Instrução Normativa, compreende todas as pessoas jurídicas autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Habilitação

Art. 2º A aquisição de ouro, em bruto, ativo financeiro, somente poderá ser efetuada por instituição financeira e cooperativa de garimpeiros habilitadas junto ao Banco Central do Brasil, na forma da legislação em vigor.

.....

.....

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.083, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2010

Altera a Instrução Normativa SRF nº 49, de 2 de maio de 2001, que institui documentos fiscais para controle de operações com ouro, ativo financeiro ou instrumento cambial.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 261 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 125, de 4 de março de 2009, RESOLVE:

Art. 1º Os arts. 3º, 11 e 25 da Instrução Normativa SRF nº 49, de 2 de maio de 2001, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º

.....

V - Nota Fiscal de Aquisição de Ouro Ativo Financeiro ou Instrumento Cambial - Modelo 5;e

VI - Nota Fiscal de Venda de Ouro Ativo Financeiro ou Instrumento Cambial - Modelo 6.

....." (NR)

"Art. 11.

.....

V - a Nota Fiscal de Aquisição de Ouro Ativo Financeiro ou Instrumento Cambial, exclusivamente pelo Banco Central do Brasil (Bacen) ou pelas instituições por ele autorizadas a realizar importação de ouro ativo financeiro ou instrumento cambial;

VI - a Nota Fiscal de Venda de Ouro Ativo Financeiro ou Instrumento Cambial, exclusivamente pelo Bacen ou pelas instituições por ele autorizadas a realizar exportação de ouro ativo financeiro ou instrumento cambial." (NR)

.....

.....

RESOLUÇÃO Nº 23, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012

Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas pessoas físicas ou jurídicas que comercializam joias, pedras e metais preciosos, na forma do § 1º do art. 14 da Lei nº 9.613, de 3.3.1998.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS - COAF, no uso da atribuição que lhe confere o inciso IV do art. 9º do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 2.799, de 8.10.1998, torna público que o Plenário do Conselho, com base no art. 7º, incisos II, V e VI do referido Estatuto, em sessão realizada em 5.12.2012, deliberou e aprovou a Resolução a seguir, em conformidade com as normas constantes dos arts. 9º, 10, 11 e 14, caput e § 1º, todos da Lei nº 9.613, de 3.3.1998.

Seção I Do Alcance

Art. 1º A presente Resolução tem por objetivo estabelecer normas gerais de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, sujeitando-se ao seu cumprimento as pessoas físicas ou jurídicas que comercializem por qualquer meio, inclusive leilões, joias, pedras e metais preciosos, próprios ou de terceiros, incluindo aqueles dados em garantia.

Parágrafo único. As pessoas de que trata este artigo que tenham como atividade principal o comércio de joias, pedras e metais preciosos devem observar a presente Resolução em todas as operações e negócios que realizarem, inclusive naqueles que envolverem:

- I - a compra ou venda de outros bens ou a prestação de outros serviços não pertinentes nem vinculados à atividade principal desenvolvida; e
- II - a compra ou venda de bens móveis ou imóveis que integrem seu ativo.

Seção II Da Política de Prevenção

Art. 2º As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 1º devem estabelecer e implementar política de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo compatível com seu volume de operações e, no caso das pessoas jurídicas, com seu porte, a qual deve abranger, no mínimo, procedimentos e controles destinados:

- I - à identificação e realização de devida diligência para a qualificação dos clientes, e demais envolvidos nas operações que realizarem;
- II - à identificação do beneficiário final das operações que realizarem;
- III - à identificação de operações ou propostas de operações suspeitas ou de comunicação obrigatória;
- IV - à mitigação dos riscos de que novos produtos, serviços e tecnologias possam ser utilizados para a lavagem de dinheiro e para o financiamento do terrorismo; e
- V - à verificação periódica da eficácia da política adotada.

§ 1º A política mencionada no caput deve ser formalizada expressamente, com aprovação pelo detentor de autoridade máxima de gestão, abrangendo, também, procedimentos para:

- I - a seleção e o treinamento de empregados;
- II - a disseminação do seu conteúdo ao quadro de pessoal por processos

institucionalizados de caráter contínuo;

III - o monitoramento das atividades desenvolvidas pelos empregados; e

IV - a prevenção de conflitos entre os interesses comerciais/ empresariais e os mecanismos de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

§ 2º As disposições do § 1º deste artigo não se aplicam às pessoas físicas e às jurídicas enquadradas no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES NACIONAL.

.....

LEI Nº 11.685, DE 2 DE JUNHO DE 2008

Institui o Estatuto do Garimpeiro e dá outras providências.

O VICE - PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

CAPÍTULO III
DOS DIREITOS E DEVERES DO GARIMPEIRO

Seção I
Dos Direitos

Art. 9º Fica assegurado ao garimpeiro, em qualquer das modalidades de trabalho, o direito de comercialização da sua produção diretamente com o consumidor final, desde que se comprove a titularidade da área de origem do minério extraído.

Art. 10. A atividade de garimpagem será objeto de elaboração de políticas públicas pelo Ministério de Minas e Energia destinadas a promover o seu desenvolvimento sustentável.

.....

LEI Nº 7.990, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1989

Institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 6º A exploração de recursos minerais ensejará o recolhimento da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), nos termos do § 1º art. 20 da Constituição Federal, por ocasião: (“Caput” do artigo com redação dada pela Medida Provisória nº 789, de 25/7/2017, convertida na Lei nº 13.540, de 18/12/2017, em vigor a partir de 1/8/2017)

I - da primeira saída por venda de bem mineral; (Inciso acrescido pela Medida Provisória nº 789, de 25/7/2017, convertida na Lei nº 13.540, de 18/12/2017, em vigor a partir de 1/8/2017)

II - do ato de arrematação, nos casos de bem mineral adquirido em hasta pública; (Inciso acrescido pela Medida Provisória nº 789, de 25/7/2017, convertida na Lei nº 13.540, de 18/12/2017, em vigor a partir de 1/8/2017)

III - do ato da primeira aquisição de bem mineral extraído sob o regime de permissão de lavra garimpeira; e (Inciso acrescido pela Medida Provisória nº 789, de 25/7/2017, convertida na Lei nº 13.540, de 18/12/2017, em vigor a partir de 1/8/2017)

IV - do consumo de bem mineral. (Inciso acrescido pela Medida Provisória nº 789, de 25/7/2017, convertida na Lei nº 13.540, de 18/12/2017, em vigor a partir de 1/8/2017)

§ 1º (VETADO).

§ 2º (VETADO).

I - (VETADO)

II - (VETADO)

III - (VETADO).

§ 3º (VETADO).

I - (VETADO)

II - (VETADO)

III - (VETADO).

§ 4º Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se: (“Caput” do parágrafo acrescido pela Medida Provisória nº 789, de 25/7/2017, convertida na Lei nº 13.540, de 18/12/2017, em vigor a partir de 1/8/2017)

I - bem mineral - a substância mineral já lavrada após a conclusão de seu beneficiamento, quando for o caso; (Inciso acrescido pela Medida Provisória nº 789, de 25/7/2017, convertida na Lei nº 13.540, de 18/12/2017, em vigor a partir de 1/8/2017)

II - beneficiamento - as operações que objetivem o tratamento do minério, tais como processos realizados por fragmentação, pulverização, classificação, concentração, separação magnética, flotação, homogeneização, aglomeração, aglutinação, briquetagem, nodulação, pelotização, ativação e desaguamento, além de secagem, desidratação, filtragem e levigação, ainda que exijam adição ou retirada de outras substâncias; (Inciso acrescido pela Medida Provisória nº 789, de 25/7/2017, convertida e com redação dada pela Lei nº 13.540, de 18/12/2017, em vigor a partir de 1/8/2017)

III - consumo - a utilização de bem mineral, a qualquer título, pelo detentor ou arrendatário do direito minerário, assim como pela empresa controladora, controlada ou coligada, em processo que importe na obtenção de nova espécie. (Inciso acrescido pela Medida Provisória nº 789, de 25/7/2017, convertida e com redação dada pela Lei nº 13.540, de 18/12/2017, em vigor a partir de 1/8/2017)

§ 5º Os rejeitos e estéreis decorrentes da exploração de áreas objeto de direitos minerários que possibilitem a lavra, na hipótese de alienação ou consumo, serão considerados como bem mineral para fins de recolhimento da CFEM. (Parágrafo acrescido pela Medida Provisória nº 789, de 25/7/2017, convertida e com redação dada pela Lei nº 13.540, de 18/12/2017, em vigor a partir de 1/8/2017)

§ 6º Na hipótese prevista no inciso II do *caput* deste artigo, o bem mineral será

entregue ao vencedor da hasta pública somente mediante o pagamento prévio da CFEM. (Parágrafo acrescido pela Medida Provisória nº 789, de 25/7/2017, convertida e com redação dada pela Lei nº 13.540, de 18/12/2017, em vigor a partir de 1/8/2017)

§ 7º No caso de rejeitos e estéreis de minerais associados utilizados em outras cadeias produtivas, haverá uma redução de alíquota da CFEM de 50% (cinquenta por cento). (Parágrafo acrescido pela Lei nº 13.540, de 18/12/2017, em vigor a partir de 1/8/2017)

Art. 7º O art. 27 e seus §§ 4º e 6º da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, alterada pelas Leis nºs 3.257, de 2 de setembro de 1986, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 27. A sociedade e suas subsidiárias ficam obrigadas a pagar a compensação financeira aos Estados, Distrito Federal e Municípios, correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor do óleo bruto, de xisto betuminoso e do gás extraído de seus respectivos territórios, onde se fixar a lavra do petróleo ou se localizarem instalações marítimas ou terrestres de embarque ou desembarque de óleo bruto ou de gás natural, operados pela Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRÁS, obedecidos os seguintes critérios:

I - 70% (setenta por cento) aos Estados produtores;

II - 20% (vinte por cento) aos Municípios produtores;

III - 10% (dez por cento) aos Municípios onde se localizarem instalações marítimas ou terrestres de embarque ou desembarque de óleo bruto e/ ou gás natural.

.....

§ 4º É também devida a compensação financeira aos Estados, Distrito Federal e Municípios confrontantes, quando o óleo, o xisto betuminoso e o gás forem extraídos da plataforma continental nos mesmos 5% (cinco por cento) fixados no *caput* deste artigo, sendo 1,5% (um e meio por cento) aos Estados e Distrito Federal e 0,5 (meio por cento) aos Municípios onde se localizarem instalações marítimas ou terrestres de embarque ou desembarque; 1,5% (um e meio por cento) aos Municípios produtores e suas respectivas áreas geoeconômicas; 1% (um por cento) ao Ministério da Marinha, para tender aos encargos de fiscalização e proteção das atividades econômicas das referidas áreas e 0,5% (meio por cento) para constituir um fundo especial a ser distribuído entre todos os Estados, Territórios e Municípios.

.....

§ 6º Os Estados, Territórios e Municípios centrais, em cujos lagos, rios, ilhas fluviais e lacustres se fizer a exploração do petróleo, xisto betuminoso ou gás, farão jus à compensação prevista no *caput* deste artigo."

.....

.....

LEI Nº 13.540, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera as Leis nºs 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e 8.001, de 13 de março de 1990, para dispor sobre a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM).

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 6º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 6º A exploração de recursos minerais ensejará o recolhimento da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), nos termos do § 1º art. 20 da Constituição Federal, por ocasião:

I - da primeira saída por venda de bem mineral;

II - do ato de arrematação, nos casos de bem mineral adquirido em hasta pública;

III - do ato da primeira aquisição de bem mineral extraído sob o regime de permissão de lavra garimpeira; e

IV - do consumo de bem mineral.

.....
 § 4º Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I - bem mineral - a substância mineral já lavrada após a conclusão de seu beneficiamento, quando for o caso;

II - beneficiamento - as operações que objetivem o tratamento do minério, tais como processos realizados por fragmentação, pulverização, classificação, concentração, separação magnética, flotação, homogeneização, aglomeração, aglutinação, briquetagem, nodulação, pelotização, ativação e desaguamento, além de secagem, desidratação, filtragem e levigação, ainda que exijam adição ou retirada de outras substâncias;

III - consumo - a utilização de bem mineral, a qualquer título, pelo detentor ou arrendatário do direito minerário, assim como pela empresa controladora, controlada ou coligada, em processo que importe na obtenção de nova espécie.

§ 5º Os rejeitos e estéreis decorrentes da exploração de áreas objeto de direitos minerários que possibilitem a lavra, na hipótese de alienação ou consumo, serão considerados como bem mineral para fins de recolhimento da CFEM.

§ 6º Na hipótese prevista no inciso II do caput deste artigo, o bem mineral será entregue ao vencedor da hasta pública somente mediante o pagamento prévio da CFEM.

§ 7º No caso de rejeitos e estéreis de minerais associados utilizados em outras cadeias produtivas, haverá uma redução de alíquota da CFEM de 50% (cinquenta por cento)." (NR)

Art. 2º A Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º As alíquotas da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) serão aquelas constantes do Anexo desta Lei, observado o limite de 4% (quatro por cento), e incidirão:

I - na venda, sobre a receita bruta da venda, deduzidos os tributos incidentes sobre sua comercialização;

II - no consumo, sobre a receita bruta calculada, considerado o preço corrente do bem mineral, ou de seu similar, no mercado local, regional, nacional ou internacional, conforme o caso, ou o valor de referência, definido a partir do valor do produto final obtido após a conclusão do respectivo processo de beneficiamento;

III - nas exportações, sobre a receita calculada, considerada como base de cálculo, no mínimo, o preço parâmetro definido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, com fundamento no art. 19-A da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e na legislação complementar, ou, na hipótese de inexistência do preço parâmetro, será considerado o valor de referência, observado o disposto nos §§ 10 e 14 deste artigo;

IV - na hipótese de bem mineral adquirido em hasta pública, sobre o valor de arrematação; ou

V - na hipótese de extração sob o regime de permissão de lavra garimpeira, sobre o valor da primeira aquisição do bem mineral.

§ 1º (Revogado).

I - (revogado);

II - (revogado);

III - (revogado);

IV - (revogado).

DECRETO Nº 9.580, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018

Regulamenta a tributação, a fiscalização, a arrecadação e a administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nas leis do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regulamento do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza, anexo a este Decreto.

Art. 2º O Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza será cobrado, fiscalizado, arrecadado e administrado em conformidade com o disposto neste Regulamento.

Art. 3º Este Regulamento consolida a legislação referente ao Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza publicada até 31 de dezembro de 2016.

Art. 4º Fica revogado o Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de novembro de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER

Eduardo Refinetti Guardia

PROJETO DE LEI N.º 1.572, DE 2023

(Do Sr. Odair Cunha)

Altera a Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, para estabelecer requisitos obrigatórios para atestar a regularidade de procedência nas operações de compra de ouro proveniente de Permissão de Lavra Garimpeira, institui a obrigatoriedade de documento fiscal eletrônico para o transporte emitido pelo titular da permissão; altera a Lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989, para exigir a apresentação de avaliação geológica preliminar e plano de aproveitamento econômico simplificado para lavra de ouro em Permissões de Lavra Garimpeira; e dá outras providências

DESPACHO:
APENSE-SE AO PL-6432/2019.

bem como da inscrição prévia e credenciamento dos titulares de Permissão de Lavra Garimpeira autorizados a emitir o documento.

Art. 38-B O documento eletrônico de controle da origem e transporte de ouro deverá conter, para cada operação de primeira aquisição, a assinatura digital do emitente e chave única identificadora para atestar a legitimidade da procedência do metal, que será válida até a emissão da nota fiscal eletrônica de compra de ouro emitida pela instituição compradora credenciada.

Art. 38-C A emissão do documento de controle da origem e transporte de ouro é de única responsabilidade do titular da Permissão de Lavra Garimpeira produtora do metal, que responderá perante a legislação sobre a veracidade das informações sobre a origem do ouro do garimpo, vedada a transferência ou sub-rogação para terceiros.

Parágrafo único. Na hipótese da titularidade da Permissão de Lavra Garimpeira ser de cooperativa ou associação de garimpeiros, a autoridade competente pela emissão será obrigatoriamente do presidente da instituição ou de dirigente com cargo equivalente, independentemente de qualquer outra determinação estatutária.

Art. 3ª A Lei nº 7.805, de 14 de julho de 1989 passa a vigorar com a seguinte modificação:

“Art. 10

§ 3º A lavra de ouro em garimpos com ocorrências primárias ou na forma aluvionar, eluvionar e coluvial dependerá da aprovação de avaliação geológica preliminar e de plano de aproveitamento econômico simplificado, nos termos de regulamentação da Agência Nacional de Mineração.

§ 4º É obrigatória a apresentação de relatório anual de produção para as Permissões de Lavra Garimpeira cadastradas no sistema de controle da origem e transporte de ouro, sob pena das sanções previstas no Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 e em legislações posteriores.” (NR)

Art. 4º Ficam revogados os artigos 37, 39, 40, 41 e 42 da Lei 12.844, de 19 de julho de 2013.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

Os recentes episódios de invasões ilegais em áreas indígenas por garimpeiros demonstraram de forma cabal a necessidade de intensificar a fiscalização da mineração no país, assim como fortalecer a legislação sobre a comprovação da legitimidade da procedência do ouro extraído em Permissões de Lavra Garimpeira no território nacional.

A introdução do Regime de Permissão de Lavra Garimpeira na legislação mineral (Lei nº 7.805/89) representou a possibilidade da extração de minérios com aproveitamento imediato que, por sua natureza, sobretudo seu pequeno volume e a distribuição irregular, não justificariam, muitas vezes, investimento em trabalhos de pesquisa mineral e uma lavra industrial. Além disso, estabeleceu que o Poder Concedente (União) deveria considerar na outorga das áreas de garimpagem não apenas a ocorrência do bem mineral garimpável, mas também o interesse do setor mineral e as razões de ordem social e ambiental.

No passado, a atividade de garimpagem representava uma forma de extrair pequenas quantidades de minérios utilizando, na maioria das vezes, recursos de baixo investimento, equipamentos simples e ferramentas rústicas. Entretanto, atualmente, a prática é feita cada vez mais de forma mecanizada, em grande escala e com altos investimentos, geralmente a céu aberto (no solo) ou através de escavação de rochas mineralizadas em grande escala, o que gera via de regra problemas ambientais severos. A estrutura dos rios e drenagens naturais podem ser gravemente alterada pela escavação de trincheiras e pela modificação da geomorfologia da área de extração. A expansão da atividade também pode provocar maior risco de poluição por mercúrio.

Levando-se em conta a extensão territorial do país, e as dificuldades intrínsecas das regiões de exploração de ouro no país, principalmente na região Amazônica, é necessário investir também no aperfeiçoamento do arcabouço regulatório que norteia a exploração garimpeira de ouro e a fiscalização das atividades nessas regiões.



Assim, se busca com a presente proposta simultaneamente trazer formas mais seguras e modernas para a apuração da procedência do ouro lavrado em Permissões de Lavra Garimpeira, para o seu transporte até o primeiro comprador, e também organizar de forma mais sistemática as informações sobre os garimpeiros responsáveis pela primeira venda do metal às instituições credenciadas.

A exigência de um documento eletrônico de controle de origem e transporte de ouro proveniente de Permissões de Lavra Garimpeira é um passo essencial para complementar a recente legislação emitida pela Receita Federal do Brasil, que prevê a obrigatoriedade da utilização da Nota Fiscal Eletrônica nas transações de venda de ouro. A regra serve para companhias que vendem o metal como ativo financeiro ou instrumento cambial. Assim, nossa proposta complementa o ciclo de produção, exigindo a documentação digital também para a comprovação da origem e no transporte do ouro de PLGs, fortalecendo a legislação e auxiliando no combate às ilegalidades na mineração.

Vale sempre ressaltar que permanece essencial a realização da fiscalização nos locais de lavra pelos órgãos reguladores da mineração e de licenciamento ambiental para a verificação da regularidade da extração do ouro em PLGs. Assim, entendemos que as normas propostas nesse Projeto de Lei permitirão orientar de forma mais eficiente os órgãos públicos competentes, trazendo melhores instrumentos de controle para as operações.

Ressalte-se ainda que a exclusividade das operações de comercialização de ouro para o primeiro adquirente serão realizadas exclusivamente pelo titular da lavra garimpeira, excluindo-se qualquer hipótese de delegação dessa competência.

Finalmente, propomos também a alteração na Lei nº 7.805/1989, que regulamenta a concessão de Permissões de Lavra Garimpeira, introduzindo a obrigatoriedade da realização de estudos geológicos prévios e elaboração de plano de aproveitamento econômico da lavra de ouro, com apresentação de informes periódicos sobre a produção dessas PLGs cadastradas no sistema eletrônico. Assim, será possível o cotejamento das informações prestadas pelos emitentes do documento digital com as informações constantes no sistema de produção, para fins de fiscalização e averiguação pelos órgãos fiscalizadores das informações prestadas pelos mineradores.



Diante da relevância e urgência da matéria, solicito o apoio das (os) nobres
Colegas para aprovação deste projeto de Lei.

Sala das Sessões, de março de 2023.

Dep. ODAIR CUNHA

PT - MG

Apresentação: 31/03/2023 17:18:42.863 - null

PL n.1572/2023



* C D 2 3 9 0 5 4 3 6 3 3 0 0 *

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
 Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
 Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
 Seção de Legislação Citada - SELEC

LEI Nº 12.844, DE 19 DE JULHO DE 2013 Art. 38-A, B, C, 41	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2013-0719;12844
LEI Nº 7.805, DE 18 DE JULHO DE 1989 Art. 10	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1989-0718;7805
DECRETO-LEI Nº 227, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.lei:196702-28;227

PROJETO DE LEI N.º 2.580, DE 2023
 (Do Sr. Zé Silva)

Dispõe mecanismo de rastreamento digital obrigatório para operações envolvendo ouro.

DESPACHO:
 APENSE-SE À(AO) PL-1572/2023.

PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

(Do Sr. ZÉ SILVA)

Dispõe mecanismo de rastreamento digital obrigatório para operações envolvendo ouro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei introduz mecanismo de rastreamento digital obrigatório para operações envolvendo ouro.

Art. 2º A Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 40-A:

“Art. 40-A. O Poder Público deverá introduzir mecanismo de rastreamento digital do ouro produzido e comercializado em território nacional, no qual deverão ser inseridas, de forma imutável, todas as informações de procedência e transações envolvendo o referido material, de acordo com o disposto no regulamento.

Parágrafo único. O mecanismo previsto no *caput* deverá ser obrigatório, como única prova válida de regularidade, para todas as transações envolvendo ouro partir de 1º de janeiro de 2025.” (NR)

Art. 3º ficam revogados:

I - o § 4º do art. 39 da Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, a partir da publicação desta lei; e

II - o art. 40 da Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, a partir de 1º de janeiro de 2025.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

A extração ilegal de ouro no Brasil é um problema crônico, que impacta o meio ambiente e as populações indígenas e impede o regular aproveitamento de riquezas da União. Os eventos recentes relacionados à invasão de terras Yanomamis por garimpeiros estão longe de uma solução enquanto não houver rigor na comprovação de regularidade de aquisição de ouro no País.

A presente proposição se destina a implementar o uso de tecnologia digital para possibilitar a rastreabilidade do ouro produzido e comercializado no Brasil. A adoção de tecnologia do tipo Blockchain possibilitará o registro eletrônico de todas as operações envolvendo o material, incluindo o monitoramento ao longo da cadeia de produção e transações posteriores, em uma rede segura e à prova de adulterações. O projeto de lei não restringiu especificamente o uso da tecnologia a ser adotada, deixando a cargo do poder Executivo a tarefa de conferir contornos ao mecanismo, de forma a possibilitar a necessária flexibilidade para a formulação do regulamento.

Além disso, o projeto de lei estabelece prazo razoável para que haja a implementação do mecanismo, possibilitando a coexistência com o sistema atual até o fim do ano de 2024. A partir de então, o rastreamento digital proposto passa a ser o único responsável pela prova de regularidade da posse e do transporte de ouro no País.

Por fim, a proposição revoga de imediato o § 4º do art. 39 da Lei nº 12.844, de 2013, que permite presunção de boa-fé ao adquirente do ouro que tenha apenas os arquivos de sua compra. Esse dispositivo tem sido utilizado para acobertar toda sorte de operações envolvendo ouro de origem ilegal, uma vez que isenta de responsabilidade a pessoa jurídica que o adquire.

Conforme apontam especialistas no setor, outros países têm sido bem-sucedidos na adoção desse tipo de mecanismo de rastreamento, tais como a Indonésia e a Suíça. Nesses países, a adoção de tecnologia digital tem oferecido ferramentas para acompanhar todas as transações envolvendo ouro,



da extração ao usuário final, o que possibilitou a redução drástica de aproveitamentos minerais de origem ilegal.

Considerando o exposto, solicitamos aos Pares o apoio necessário para a aprovação da presente proposição, que será capaz de coibir a conduta irregular na extração de ouro e promover, por conseguinte, o desenvolvimento da mineração artesanal praticada de forma regular e a pacificação dos conflitos envolvendo garimpeiros e populações indígenas.

Sala das Sessões, em de de 2023.


Deputado ZÉ SILVA





CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI Nº 12.844, DE 19 DE JULHO DE 2013 Art. 39, 40-A	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:201307-19;12844
--	---

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

PROJETO DE LEI Nº 6.432/2019

Apensados: PL nº 1.572/2023 e PL nº 2.580/2023

Altera a Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, para dispor sobre as operações com ouro mercadoria.

Relator: Deputado Sidney Leite

Autor: Deputado Joaquim Passarinho

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 6.432, de 2019, do Sr. Deputado Joaquim Passarinho, propõe alterar a Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, para dispor sobre as operações com ouro mercadoria.

Na justificativa da apresentação da proposição, o autor defende que o projeto visa evitar interpretações divergentes e exclusivistas dentro do setor de comercialização do ouro. Assim, o PL visa conferir maior clareza à Lei nº 12.844/2013 ao afastar interpretações de seu inciso II do art. 39. Isso evitaria que o ouro produzido sob o regime de aproveitamento de lavra garimpeira fosse necessariamente comercializado com uma instituição financeira, como ativo financeiro ou instrumento cambial.

O projeto foi distribuído à Comissão de Minas e Energia; à Comissão Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54, RICD); e à Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD). A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões (art. 24, inc. II do RICD) e seu regime de tramitação é ordinário (Art. 151, III, RICD). Não foram apresentadas emendas à proposição nesta Comissão dentro do prazo regimental.



Foram apensados ao PL nº 6.432/2019, os Projetos de Lei nº 1.572 e nº 2.580, ambos de 2023.

O **PL nº 1.572/2023** altera a Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, para dispor sobre criação de documento fiscal eletrônico de controle da origem e transporte de ouro para a primeira compra de metal proveniente de Permissão de Lavra Garimpeira. Consoante a proposição, a validade jurídica desse ouro dependeria de prévio cadastramento do emissor no órgão regulador da mineração, conforme regulamentação. O Projeto também estabelece que a lavra de ouro em garimpos dependeria da aprovação de avaliação geológica preliminar e de plano de aproveitamento econômico simplificado, nos termos de regulamentação da Agência Nacional de Mineração.

Já o **Projeto nº 2.580/2023** visa estabelecer a criação de mecanismo de rastreamento digital do ouro produzido e comercializado em território nacional. Pretende-se que nesse mecanismo de rastreamento devam ser inseridas, de forma imutável, todas as informações de procedência e transações envolvendo o ouro, conforme regulamento.

A matéria recebeu parecer favorável em 7 de dezembro de 2021, emitido pelo Deputado Darci de Matos. O parlamentar deixou de ser membro desta Comissão, e a legislatura anterior foi encerrada em 31 de janeiro de 2023, tendo sido designado nova relatoria em 05 de setembro de 2023.

Nos termos do art. 32, inc. XIV, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, compete a esta Comissão de Minas e Energia proferir parecer acerca do mérito da proposição e dos seus apensados.

É o relatório.

2025-15662



II – VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei nº 6.432/2019 em apreço é meritório ao estabelecer parâmetros claros e padronizados de operações com ouro, e sem ocasionar ônus à indústria de extração do mineral. Assim, com as notas fiscais eletrônicas e a diferenciação clara entre “ouro mercado” e “ouro financeiro”, os mecanismos de rastreabilidade corrigirão as lacunas regulatórias atuais. Por conseguinte, a adoção de tecnologia de rastreamento possibilitará o registro eletrônico seguro de todas as operações envolvendo o material, incluindo o monitoramento ao longo da cadeia de extração, beneficiamento e comercialização do ouro.

Para alcançar esse fim, apresenta-se texto substitutivo em anexo que incorpora as inovações contidas nos Projetos de Lei apensados nº 1.572/2023 e nº 2.580/2023. Do primeiro, adota-se a responsabilidade do titular da permissão de lavra garimpeira pela emissão do documento de origem; e do comprador pela verificação da origem do metal. Do segundo apensado, acolhe-se a exigência de um mecanismo de rastreamento digital como única prova válida de regularidade para todas as transações envolvendo ouro. Ademais, acata-se do PL nº 2.580/2023 a revogação do § 4º do art. 39 da Lei nº 12.844, de 2013, que permite presunção de boa-fé ao adquirente do ouro que tenha apenas os arquivos de sua compra.

Assim, o substitutivo em tela visa criar um marco legal antifraude intransponível e transparente, mediante exigência de certificado digital para venda e transporte. Ou seja, a proposta institui um sistema de rastreabilidade ponta a ponta, envolvendo a extração, sua primeira aquisição e seu subsequente uso. Portanto, a exigência de um documento eletrônico de controle de origem e movimentação de ouro é um passo fundamental para complementar a obrigatoriedade da utilização da nota fiscal eletrônica nas transações de venda de primeira aquisição de ouro. Com isso, nossa proposta fortalece a fiscalização, o



controle e o combate ao crime ao exigir documentação digital para comercialização e transporte do “ouro mercado”.

Diante do exposto, voto pela **aprovação, na forma do substitutivo anexo**, do Projeto de Lei nº 6.432, de 2019, e de seus apensados, Projeto de Lei nº 1.572/2023 e Projeto de Lei nº 2.580/2023.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado SIDNEY LEITE
Relator

2025-15662



COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

SUBSTITUTIVO AOS PROJETOS DE LEI Nº 6.432/2019, Nº 1.572/2023 E Nº 2.580/2023

Dispõe sobre o mecanismo de rastreamento do ouro no País e sobre as operações com ouro mercadoria, e altera a Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, e a Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o mecanismo digital de rastreabilidade do ouro no Brasil, com a finalidade de garantir o monitoramento amplo e integral das transações com o metal no País.

Art. 2º O Poder Executivo introduzirá mecanismo de rastreamento digital do ouro extraído, industrializado e comercializado em território nacional, com base nas seguintes diretrizes:

I – integração com órgãos e entidades reguladoras, fiscais, ambientais, financeiras e de segurança pública;

II – identificação automática de inconsistências nos dados da cadeia produtiva e comercial do ouro;

III – rastreabilidade completa do ouro em território nacional;

IV – uso de tecnologia segura, imutável e auditável, de preferência tecnologia de registro distribuído – DLT;

V – identificação de origem mineral vinculada ao título minerário, à licença ambiental e à nota fiscal;

VI – emissão de documento eletrônico de origem e movimentação do ouro – DEOM;



VII – transparência e governança de dados;

VIII – proteção de dados sensíveis e sigilosos, consoante a legislação vigente.

Parágrafo único. O mecanismo previsto no caput deste artigo deverá ser obrigatório, como única prova válida de regularidade, para todas as transações envolvendo ouro a partir de 1º de janeiro de 2027.

Art. 3º O sistema de rastreamento do ouro de que trata o artigo 2º desta Lei deverá possuir integração automática e em tempo real com sistemas dos seguintes órgãos e entidades, no mínimo:

I – Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB);

II – Secretarias de Fazenda Estaduais;

III – Banco Central do Brasil (BCB);

IV – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama);

V – órgãos ambientais estaduais;

VI – Polícia Federal;

VII – Polícia Rodoviária Federal;

VIII – Polícias Cíveis e Militares.

Art. 4º A Agência Nacional de Mineração (ANM) instituirá e manterá portal da transparência, de acesso público e irrestrito, sobre a origem e a movimentação do ouro extraído, industrializado e comercializado em território nacional, no qual deverão ser disponibilizadas, em tempo real, as informações mínimas a seguir:

I – delimitação georreferenciada da área de extração vinculada ao título minerário;

II – quantidade de ouro objeto da transação;

III – data da transação registrada;



IV – identificação do adquirente, com indicação de razão social e número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

V – identificação do titular do direito minerário, com indicação de nome completo e número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

VI – número do processo administrativo correspondente ao título minerário expedido pela ANM;

VII – número da licença ambiental válida, emitida pelo órgão ambiental competente.

Art. 5º Sem prejuízo das sanções penais e civis cabíveis, o descumprimento das disposições desta Lei e de seu regulamento sujeitará o infrator às seguintes sanções administrativas, aplicadas isolada ou cumulativamente, conforme a gravidade da infração:

I – multa;

II – suspensão ou revogação do título de direito minerário;

III – suspensão ou revogação do credenciamento junto ao Banco Central do Brasil;

IV – perda dos bens, direitos e valores relacionados à infração;

V – suspensão ou cassação da licença ambiental;

VI – suspensão ou cancelamento do CNPJ e da inscrição estadual, nos termos da legislação específica.

Art. 6º Estará sujeito à apreensão e ao perdimento, na forma do regulamento, sem prejuízo da responsabilização cível e criminal, o ouro:

I – em desacordo com o documento eletrônico de origem e movimentação – DEOM emitido pelo sistema oficial de rastreamento;

II – transportado ou mantido em custódia sem atendimento aos critérios mínimos de rastreabilidade;



III – acompanhado de documento de origem e movimentação que contenha informações falsas;

IV – acompanhado por documentação fiscal irregular.

Art. 7º Ficam impedidas de obter a permissão de lavra garimpeira, as pessoas que:

I – tenham condenação penal transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado;

II – tenham tido permissão de lavra garimpeira revogada pelo órgão regulador setorial de mineração.

Art. 8º A permissão para o início das atividades de pesquisa e lavra de ouro pela ANM poderá ser condicionada à inexistência de sanções administrativas em nome do interessado ou de seus responsáveis, conforme decisão fundamentada da agência.

Art. 9º A ANM poderá, mediante decisão fundamentada, revogar a outorga ou a permissão ao titular que deixar de comprovar a origem do ouro.

Art. 10. Fica autorizado o compartilhamento de dados fiscais e econômico-financeiros, inclusive de notas fiscais eletrônicas, entre a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), as Secretarias de Fazenda dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e a Agência Nacional de Mineração (ANM) para fins de fiscalização, auditoria e controle das atividades relativas à produção, distribuição e comercialização de ouro no território nacional.

Art. 11. A ANM poderá exigir, a qualquer tempo, certidões de antecedentes criminais e de débitos fiscais, trabalhistas e ambientais, conforme regulamento.

Art. 12. A utilização de nota fiscal emitida eletronicamente é obrigatória nas operações com ouro, dentro e fora da área correspondente ao título de direito minerário.



Art. 13. As disposições desta Lei também se aplicam às autorizações vigentes na data de sua publicação.

Art. 14. A Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 38. O transporte do ouro, dentro da circunscrição da região aurífera produtora, até instituições legalmente autorizadas a realizar a compra, será acompanhado por documento eletrônico de origem e movimentação do ouro emitido por sistema de rastreabilidade gerido pela Agência Nacional de Mineração (ANM).
.....” (NR)

“Art. 39. Até a instituição de documento eletrônico de origem e movimentação do ouro emitido por sistema de rastreabilidade gerido pela Agência Nacional de Mineração (ANM), a prova da regularidade da primeira aquisição de ouro produzido sob qualquer regime de aproveitamento será feita com base em:

.....
II – nota fiscal de aquisição emitida pela instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil a realizar a compra do ouro ativo financeiro; ou

III – nota fiscal eletrônica de entrada emitida pela empresa comercial e recibo de venda e declaração de origem do ouro emitido pelo vendedor identificando a área de lavra, o Estado ou Distrito Federal e o Município de origem do ouro, o número do processo administrativo no órgão gestor de recursos minerais e o número do título autorizativo de extração; e

.....
§ 2º O cadastro, a declaração de origem do ouro e a cópia da Carteira de Identidade – RG do vendedor deverão ser arquivados na sede da instituição legalmente autorizada a realizar a compra do ouro, para fiscalização do órgão gestor de recursos minerais e do órgão fazendário competente, pelo período de 10 (dez) anos, contados da compra e venda do ouro.

.....
§ 5º Para os efeitos desta Lei são consideradas instituições legalmente autorizadas a realizar a compra de ouro em área de garimpo:

a) a instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil para a compra de ouro ativo financeiro; e



b) a empresa comercial com Inscrição Estadual emitida pelo órgão fazendário do Estado competente; Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica emitido pela Receita Federal do Brasil e cujo objeto social seja a comercialização de metais preciosos, para a compra do ouro mercadoria.” (NR)

“**Art. 40.** A prova da regularidade da posse e do transporte de ouro para qualquer destino após a primeira aquisição será feita mediante documento eletrônico de origem e movimentação do ouro emitido por sistema de rastreabilidade gerido pela Agência Nacional de Mineração (ANM).

.....
§ 4º As instituições compradoras, fundições, refinarias, Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários (DTVMS), instituições financeiras e demais integrantes da cadeia de comercialização e processamento do ouro são solidariamente responsáveis pela verificação da legalidade da origem do minério adquirido.

§ 5º A responsabilidade de que trata o § 4º deste artigo implica a obrigação de realizar a verificação ativa da validade e da consistência das informações contidas no documento eletrônico de origem e movimentação do ouro e na nota fiscal eletrônica correspondente, por meio de consulta direta ao sistema integrado de rastreabilidade do ouro.

§ 6º A aquisição, processamento ou custódia de ouro com origem ilegal, fraudulenta ou não comprovada por meio do sistema integrado de rastreamento sujeitará o infrator, pessoa física ou jurídica, à responsabilidade solidária nas esferas civil, administrativa e penal, juntamente com o vendedor.

§ 7º Enquanto não houver o sistema de que trata o caput, a prova da regularidade da posse e do transporte de ouro para qualquer destino, após a primeira aquisição, será feita mediante a apresentação de:

I – nota fiscal eletrônica, conforme o disposto no § 1º no art. 3º da Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989, quando o ouro for classificado como ativo financeiro; e

II – nota fiscal eletrônica, conforme regulamento específico, quando o ouro for classificado como mercadoria.” (NR)

Art. 15. A Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:



“**Art. 38-A.** A primeira compra de ouro proveniente da Permissão de Lavra Garimpeira por instituição autorizada dependerá de comprovação obrigatória de procedência, atestada por meio de documento eletrônico de origem e movimentação do ouro emitido por sistema de rastreabilidade gerido pela ANM, emitido unicamente pelo titular da permissão.”

“**Art. 38-B.** O documento eletrônico de origem e movimentação de ouro deverá conter a assinatura digital do emitente e chave única identificadora para atestar a legitimidade da procedência do metal, que será válida até a emissão da nota fiscal eletrônica de compra de ouro emitida pelo comprador.”

“**Art. 38-C.** A emissão do documento eletrônico de origem e movimentação de ouro é de única responsabilidade do titular da Permissão de Lavra Garimpeira produtora do metal, que responderá de acordo com a legislação sobre a veracidade das informações sobre a origem do ouro do garimpo, vedada a transferência ou sub-rogação para terceiros.

Parágrafo único. Na hipótese da titularidade da Permissão de Lavra Garimpeira ser de cooperativa ou associação de garimpeiros, a autoridade competente pela emissão será obrigatoriamente do presidente da instituição ou de dirigente com cargo equivalente, independentemente de qualquer outra determinação estatutária.”

Art. 16. O § 1º do art. 3º da Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 3º**

.....

§ 1º A prova de origem do ouro adquirido por instituição autorizada, para fins de classificação como ativo financeiro, será feita exclusivamente por meio da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) acompanhada de documento eletrônico de origem e movimentação do ouro, nos termos da legislação vigente.

.....” (NR)

Art. 17. Ficam revogados os:

I – § 4º do art. 39 da Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013;

II – §§ 1º a 4º do art. 38 da Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013.



Art. 18. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado SIDNEY LEITE
Relator

2025-15662

Apresentação: 09/12/2025 21:03:31.703 - CME
PRL 3 CME => PL 6432/2019
DDI n 3





Câmara dos Deputados

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

PROJETO DE LEI Nº 6.432, DE 2019

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Minas e Energia, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.432/2019 e dos Projetos de Lei nºs 1.572 /2023 e 2.580/2023, apensados, com substitutivo, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Sidney Leite.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Joaquim Passarinho - Presidente, Luiz Gastão, General Pazuello e Coronel Chrisóstomo - Vice-Presidentes, Alceu Moreira, Arnaldo Jardim, Aureo Ribeiro, Beto Pereira, Greyce Elias, Hugo Leal, João Carlos Bacelar, Julio Lopes, Júnior Ferrari, Adriano do Baldy, Bandeira de Mello, Bebeto, Danilo Forte, Diego Andrade, Evair Vieira de Melo, Fatima Pelaes, Gabriel Nunes, Geraldo Mendes, Lafayette de Andrada, Leônidas Cristino, Lucas Abrahao, Luciano Amaral, Marcos Tavares, Miguel Lombardi, Paulo Guedes, Paulo Magalhães, Ricardo Abrão, Rodrigo da Zaeli, Rubens Otoni e Sidney Leite.

Sala da Comissão, em 18 de março de 2026.

Deputado JOAQUIM PASSARINHO
Presidente





**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**

**SUBSTITUTIVO ADOTADO
PROJETOS DE LEI Nº 6.432 DE 2019; 1.572 DE 2023 e 2.580 DE 2023**

Dispõe sobre o mecanismo de rastreamento do ouro no País e sobre as operações com ouro mercadoria, e altera a Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, e a Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o mecanismo digital de rastreabilidade do ouro no Brasil, com a finalidade de garantir o monitoramento amplo e integral das transações com o metal no País.

Art. 2º O Poder Executivo introduzirá mecanismo de rastreamento digital do ouro extraído, industrializado e comercializado em território nacional, com base nas seguintes diretrizes:

- I – integração com órgãos e entidades reguladoras, fiscais, ambientais, financeiras e de segurança pública;
- II – identificação automática de inconsistências nos dados da cadeia produtiva e comercial do ouro;
- III – rastreabilidade completa do ouro em território nacional;
- IV – uso de tecnologia segura, imutável e auditável, de preferência tecnologia de registro distribuído – DLT;
- V – identificação de origem mineral vinculada ao título mineral, à licença ambiental e à nota fiscal;

Anexo II, Pavimento Térreo, Ala C, Sala 60
CEP 70160-900 Telefones: (61) 3216-6712/6713/6714





CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

VI – emissão de documento eletrônico de origem e movimentação do ouro – DEOM;

VII – transparência e governança de dados;

VIII – proteção de dados sensíveis e sigilosos, consoante a legislação vigente.

Parágrafo único. O mecanismo previsto no caput deste artigo deverá ser obrigatório, como única prova válida de regularidade, para todas as transações envolvendo ouro a partir de 1º de janeiro de 2027.

Art. 3º O sistema de rastreamento do ouro de que trata o artigo 2º desta Lei deverá possuir integração automática e em tempo real com sistemas dos seguintes órgãos e entidades, no mínimo:

I – Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB);

II – Secretarias de Fazenda Estaduais;

III – Banco Central do Brasil (BCB);

IV – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama);

V – órgãos ambientais estaduais;

VI – Polícia Federal;

VII – Polícia Rodoviária Federal;

VIII – Polícias Cíveis e Militares.

Art. 4º A Agência Nacional de Mineração (ANM) instituirá e manterá portal da transparência, de acesso público e irrestrito, sobre a origem e a movimentação do ouro extraído, industrializado e comercializado em território nacional, no qual deverão ser disponibilizadas, em tempo real, as informações mínimas a seguir:

Anexo II, Pavimento Térreo, Ala C, Sala 60
CEP 70160-900 Telefones: (61) 3216-6712/6713/6714





CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

I – delimitação georreferenciada da área de extração vinculada ao título minerário;

II – quantidade de ouro objeto da transação;

III – data da transação registrada;

IV – identificação do adquirente, com indicação de razão social e número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

V – identificação do titular do direito minerário, com indicação de nome completo e número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

VI – número do processo administrativo correspondente ao título minerário expedido pela ANM;

VII – número da licença ambiental válida, emitida pelo órgão ambiental competente.

Art. 5º Sem prejuízo das sanções penais e civis cabíveis, o descumprimento das disposições desta Lei e de seu regulamento sujeitará o infrator às seguintes sanções administrativas, aplicadas isolada ou cumulativamente, conforme a gravidade da infração:

I – multa;

II – suspensão ou revogação do título de direito minerário;

III – suspensão ou revogação do credenciamento junto ao Banco Central do Brasil;

IV – perda dos bens, direitos e valores relacionados à infração;

V – suspensão ou cassação da licença ambiental;

VI – suspensão ou cancelamento do CNPJ e da inscrição estadual, nos termos da legislação específica.

Anexo II, Pavimento Térreo, Ala C, Sala 60
CEP 70160-900 Telefones: (61) 3216-6712/6713/6714





CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Art. 6º Estará sujeito à apreensão e ao perdimento, na forma do regulamento, sem prejuízo da responsabilização cível e criminal, o ouro:

I – em desacordo com o documento eletrônico de origem e movimentação – DEOM emitido pelo sistema oficial de rastreamento;

II – transportado ou mantido em custódia sem atendimento aos critérios mínimos de rastreabilidade;

III – acompanhado de documento de origem e movimentação que contenha informações falsas;

IV – acompanhado por documentação fiscal irregular.

Art. 7º Ficam impedidas de obter a permissão de lavra garimpeira, as pessoas que:

I – tenham condenação penal transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado;

II – tenham tido permissão de lavra garimpeira revogada pelo órgão regulador setorial de mineração.

Art. 8º A permissão para o início das atividades de pesquisa e lavra de ouro pela ANM poderá ser condicionada à inexistência de sanções administrativas em nome do interessado ou de seus responsáveis, conforme decisão fundamentada da agência.

Art. 9º A ANM poderá, mediante decisão fundamentada, revogar a outorga ou a permissão ao titular que deixar de comprovar a origem do ouro.

Art. 10. Fica autorizado o compartilhamento de dados fiscais e econômico-financeiros, inclusive de notas fiscais eletrônicas, entre a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), as Secretarias de Fazenda dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e a Agência Nacional de Mineração

Anexo II, Pavimento Térreo, Ala C, Sala 60
CEP 70160-900 Telefones: (61) 3216-6712/6713/6714





CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(ANM) para fins de fiscalização, auditoria e controle das atividades relativas à produção, distribuição e comercialização de ouro no território nacional.

Art. 11. A ANM poderá exigir, a qualquer tempo, certidões de antecedentes criminais e de débitos fiscais, trabalhistas e ambientais, conforme regulamento.

Art. 12. A utilização de nota fiscal emitida eletronicamente é obrigatória nas operações com ouro, dentro e fora da área correspondente ao título de direito minerário.

Art. 13. As disposições desta Lei também se aplicam às autorizações vigentes na data de sua publicação.

Art. 14. A Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 38. O transporte do ouro, dentro da circunscrição da região aurífera produtora, até instituições legalmente autorizadas a realizar a compra, será acompanhado por documento eletrônico de origem e movimentação do ouro emitido por sistema de rastreabilidade gerido pela Agência Nacional de Mineração (ANM).

.....” (NR)

“Art. 39. Até a instituição de documento eletrônico de origem e movimentação do ouro emitido por sistema de rastreabilidade gerido pela Agência Nacional de Mineração (ANM), a prova da regularidade da primeira aquisição de ouro produzido sob qualquer regime de aproveitamento será feita com base em:

.....

II – nota fiscal de aquisição emitida pela instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil a realizar a compra do ouro ativo financeiro; ou

III – nota fiscal eletrônica de entrada emitida pela empresa comercial e recibo de venda e declaração de origem do ouro emitido pelo vendedor identificando a área de lavra, o Estado ou Distrito Federal e o Município de origem do ouro, o número do

Anexo II, Pavimento Térreo, Ala C, Sala 60
CEP 70160-900 Telefones: (61) 3216-6712/6713/6714





CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

processo administrativo no órgão gestor de recursos minerais e o número do título autorizativo de extração; e

.....

§ 2º O cadastro, a declaração de origem do ouro e a cópia da Carteira de Identidade – RG do vendedor deverão ser arquivados na sede da instituição legalmente autorizada a realizar a compra do ouro, para fiscalização do órgão gestor de recursos minerais e do órgão fazendário competente, pelo período de 10 (dez) anos, contados da compra e venda do ouro.

.....

§ 5º Para os efeitos desta Lei são consideradas instituições legalmente autorizadas a realizar a compra de ouro em área de garimpo:

- a)** a instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil para a compra de ouro ativo financeiro; e
- b)** a empresa comercial com Inscrição Estadual emitida pelo órgão fazendário do Estado competente; Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica emitido pela Receita Federal do Brasil e cujo objeto social seja a comercialização de metais preciosos, para a compra do ouro mercadoria.” (NR)

“Art. 40. A prova da regularidade da posse e do transporte de ouro para qualquer destino após a primeira aquisição será feita mediante documento eletrônico de origem e movimentação do ouro emitido por sistema de rastreabilidade gerido pela Agência Nacional de Mineração (ANM).

.....

§ 4º As instituições compradoras, fundições, refinarias, Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários (DTVMs), instituições financeiras e demais integrantes da cadeia de comercialização e processamento do ouro são solidariamente responsáveis pela verificação da legalidade da origem do minério adquirido.

§ 5º A responsabilidade de que trata o § 4º deste artigo implica a obrigação de realizar a verificação ativa da validade e da consistência das informações contidas no documento eletrônico de origem e movimentação do ouro e na nota fiscal eletrônica

Anexo II, Pavimento Térreo, Ala C, Sala 60
CEP 70160-900 Telefones: (61) 3216-6712/6713/6714





CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

correspondente, por meio de consulta direta ao sistema integrado de rastreabilidade do ouro.

§ 6º A aquisição, processamento ou custódia de ouro com origem ilegal, fraudulenta ou não comprovada por meio do sistema integrado de rastreamento sujeitará o infrator, pessoa física ou jurídica, à responsabilidade solidária nas esferas civil, administrativa e penal, juntamente com o vendedor.

§ 7º Enquanto não houver o sistema de que trata o caput, a prova da regularidade da posse e do transporte de ouro para qualquer destino, após a primeira aquisição, será feita mediante a apresentação de:

I – nota fiscal eletrônica, conforme o disposto no § 1º no art. 3º da Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989, quando o ouro for classificado como ativo financeiro; e

II – nota fiscal eletrônica, conforme regulamento específico, quando o ouro for classificado como mercadoria.” (NR)

Art. 15. A Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

“Art. 38-A. A primeira compra de ouro proveniente da Permissão de Lavra Garimpeira por instituição autorizada dependerá de comprovação obrigatória de procedência, atestada por meio de documento eletrônico de origem e movimentação do ouro emitido por sistema de rastreabilidade gerido pela ANM, emitido unicamente pelo titular da permissão.”

“Art. 38-B. O documento eletrônico de origem e movimentação de ouro deverá conter a assinatura digital do emitente e chave única identificadora para atestar a legitimidade da procedência do metal, que será válida até a emissão da nota fiscal eletrônica de compra de ouro emitida pelo comprador.”

“Art. 38-C. A emissão do documento eletrônico de origem e movimentação de ouro é de única responsabilidade do titular da Permissão de Lavra Garimpeira produtora do metal, que responderá de acordo com a legislação sobre a veracidade das informações sobre a origem do ouro do garimpo, vedada a transferência ou sub-rogação para terceiros.

Anexo II, Pavimento Térreo, Ala C, Sala 60
CEP 70160-900 Telefones: (61) 3216-6712/6713/6714





CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Parágrafo único. Na hipótese da titularidade da Permissão de Lavra Garimpeira ser de cooperativa ou associação de garimpeiros, a autoridade competente pela emissão será obrigatoriamente do presidente da instituição ou de dirigente com cargo equivalente, independentemente de qualquer outra determinação estatutária.”

Art. 16. O § 1º do art. 3º da Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º

§ 1º A prova de origem do ouro adquirido por instituição autorizada, para fins de classificação como ativo financeiro, será feita exclusivamente por meio da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) acompanhada de documento eletrônico de origem e movimentação do ouro, nos termos da legislação vigente.

.....” (NR)

Art. 17. Ficam revogados os:

I – § 4º do art. 39 da Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013;

II – §§ 1º a 4º do art. 38 da Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013.

Art. 18. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da sua publicação.

Sala das Comissões, 18 de março de 2026.

Deputado **JOAQUIM PASSARINHO**
Presidente

Anexo II, Pavimento Térreo, Ala C, Sala 60
CEP 70160-900 Telefones: (61) 3216-6712/6713/6714



FIM DO DOCUMENTO